



ACÓRDÃO Nº 251/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1756/2018.

Apensos: Processo nº 2803/2018, 1802/2018, 1489/2008, 544/2009, 6366/2007, 5073/2007, 1801/2018 e 1757/2018.

2- Assunto: Recurso de Reconsideração.

3- Recorrente: Manoel Adail Amaral Pinheiro.

4- Advogado: Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM nº 4.177, Patrícia Gomes de Abreu - OAB/AM nº 4.447, Fabricia Taliéle Cardoso dos Santos - OAB/AM nº 8.446, Adrimar Freitas de Siqueira - OAB/AM nº 8243, Ênia Jéssica da Silva Garcia - OAB/AM nº 10416 e Giovana da Silva Almeida - OAB/AM nº 12197.

5- Unidade Técnica: DICAMI

6- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 8187/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

7- Relator: Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Recurso de Reconsideração.

Não Conhecimento. Ciência.

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

8.1. Não conhecer do presente Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro**, tendo em vista que o recurso apresenta tese jurídica padrão e genérica, adaptável a qualquer processo, não guardando relação fático-jurídica com o Decisum vergastado; e

8.2. Dar ciência deste julgado ao **Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro**, por intermédio de seus patronos legalmente constituídos.

9- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 10 de Março de 2020

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

11.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Auditor Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno).

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 251/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Conselheiro-Convocado e Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral

CST/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM

Este documento foi autenticado digitalmente por MIRIAM COUTEIRO DA SILVA.

Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: FC0BE976-22ABA679-D98106F0-157EE54C

Este documento foi assinado digitalmente por JOAO BARROSO DE SOUZA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 6B3D99C0-E6E81C53-70A48F14-EBCEDC1